

Aluna: Julia Martins Tiveron NUSP: 9741712 Data: 25/06/2022 (Aula 03)

Fichamento

1. Título do Artigo

Depoliticized Environments: The End of Nature, Climate Change and the Post-Political Condition

2. Sobre o autor

Erik Swyngedouw. Professor de Geografia Humana no Departamento de Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento, do *Manchester Urban Institute*. Tem pesquisas na área de “Natureza, Sociedade e Poder” e “Política, Governança, Poder e Cidadania”.

3. Metodologia e teoria utilizada (ou que os autores dialoguem)

Revisão da bibliografia.

4. Ideias centrais

Na primeira parte do texto, *Welcome to the Anthropocene: celebrating the End of Nature*, o autor apresenta seu ponto de partida e traça o caminho que pretende seguir nas demais seções do trabalho. Dois temas se destacam em sua introdução: a tese do Antropoceno e o argumento filosófico de Alain Badiou de que a o debate acerca da questão ambiental está perdendo sua dimensão propriamente política. (SWYNGEDOUW, 2011, p. 253)

Em primeiro lugar, o autor trata do Antropoceno, tese segundo a qual o ser humano teria se tornado, a partir da Revolução Industrial (posição predominante), uma força eco-geológica de transformação do sistema terrestre. A consciência da capacidade humana de alteração do planeta chama a atenção para uma nova dinâmica que vai na contramão da separação entre Natureza e Sociedade, tal como construída pelas ciências naturais e sociais. Ao mesmo tempo, levanta o necessário questionamento sobre em qual tipo de ordem socioecológica queremos viver. (Idem, p. 253-254)

Afirma que as questões ambientais já estão bem colocadas no debate político, mas que estas questões não incorporam o que é da essência da política. Aqui se encontra a tese de Badiou, que aponta como a atual forma pela qual o meio ambiente participa do debate político – com postura de autoridade acima de questionamentos – leva à despolitização do tema. Ao colocar o meio ambiente no centro das discussões políticas, mas desprover o debate do que é propriamente político, transforma-se a Natureza e o meio ambiente na “forma contemporânea de ópio para o povo”. (Idem, p. 254-255)

No tópico que segue, *The death of Nature: emergent natures*, o conceito de Natureza é problematizado a partir do livro de Timothy Morton, *Ecology without Nature*. Destaca-se, então, três formas pelas quais a “Natureza” é apropriada nos discursos. Em primeiro lugar, aborda a impossibilidade de se apreender todos os elementos (conteúdo, significado) que compõem o que entendemos por Natureza (expressão, significante), haveria “sempre um resto ou excesso que escapa à simbolização”. (Idem, p. 256-257)

Em um segundo sentido, a Natureza se apresenta como força normativa, um “dever-ser” das coisas. A Natureza é algo dado, independente da perspectiva humana, funcionando como uma orientação ética para nossas práticas em todos os campos da vida social. Por fim, a Natureza aparece como representativa das fantasias e desejos dos homens. Nesse caso, ela é um caminho a ser seguido, que vai no sentido contrário das imperfeições e mazelas inerentes à humanidade, mas, ao mesmo tempo, representa a força que cairá sobre nós se não a respeitarmos. (Idem, p. 257-258)

Em todos os casos, a Natureza se mostra como um “significante vazio” e, conforme Slavoj Žižek, qualquer tentativa de preenchê-lo é uma iniciativa política. Dada essa dificuldade, lembra a perspectiva de Bruno Latour, que propõe substituir o conceito de Natureza, pois não haveria nada apenas natural ou apenas social. O que existe são objetos híbridos, “quase-objetos sacionaturais”, pois “a natureza já é sempre social”. (Idem, p. 258-259)

O autor coloca que não se trata de um questionamento levantado apenas no campo das ciências sociais, citando a perspectiva dos biólogos Levins e Lewontin, que apontam a prática dos cientistas de “preencher” a Natureza com significados supostamente neutros e universalizantes, a fim de facilitar o seu manejo. Esses autores rejeitam essa visão homogeneizante, entendendo que o que existe são diversas naturezas, que não podem ser separadas de seus contextos histórico-geográficos. Não se pode falar, portanto, em um

“estado natural”, seja em sentido normativo, seja para descrever a Natureza como essencialmente harmônica e teleológica. (Idem, p. 260)

Na seção seguinte, *The Climate as Object Cause of Desire*, o autor aponta como a despeito das diferentes construções simbólicas que se faz da Natureza, emergiu um consenso acerca da emergência ecológica. Nesse ponto, resgata Mike Davis e sua ideia de “ecologia do medo”, para indicar que a forma contemporânea de descrição da condição humana frente ao meio ambiente é feita pela invocação da perspectiva do medo e do desastre. Essa construção do discurso é feita pela apresentação de uma Natureza desestabilizada, através dos mais diversos cenários apocalípticos e futuros distópicos. (Idem, p. 262-263)

A elevação das mudanças climáticas à categoria de “causa humanitária global” levou a um ambiente despolitizado, no qual não se articulam programas políticos e projetos socioecológicos. A preocupação passa a girar em torno de soluções “tecno-gerenciais”, pensadas dentro da lógica liberal-capitalista. Com a projeção de alvos a serem combatidos e a negação da complexidade de relações envolvidas, o problema de “como consertar o clima” torna-se questão de governo e não de política. (Idem, p. 264-265)

Em *Post-Political and Post-Democratic Environments*, apresenta-se o conceito de pós-política para designar a redução da questão climática à execução de políticas consensuais. Lembra que a forma pela qual se dá a construção do consenso climático ocorre sobre a negação de trajetórias divergentes, pois o protagonista é a “humanidade”. Ademais, o fim do dissenso representa o fim da política por essência. (Idem, p. 266-267)

Em *Consensualising Climate Change*, levanta novamente o aspecto da relação natureza-sociedade, para mostrar como no tema do clima essa dicotomia é reforçada. A um só tempo se reconhece a qualidade antrópica da mudança e externaliza-se as consequências, fazendo uso de imagens apocalípticas e dando à questão o status de ameaça humanitária global. O consenso é arquitetado mediante a colocação de uma vítima universal (“o povo”) em oposição a um inimigo igualmente universal (o CO₂). (Idem, p. 268-269)

A pós-política inviabiliza o exercício democrático, que depende da divisão constitutiva do povo, e do reconhecimento de projetos divergentes. O debate se torna reacionário, admitindo diferentes propostas de gestão do problema, desde que não fujam da ideologia predominante. É o “mudar para que não precisemos mudar”. (Idem, p. 270-271)

A construção política do problema também é prejudicada pela impossibilidade de se traçar uma visão propositiva, pois é sabido o que não se quer, mas não para onde ir. Ao

tentar construir soluções, cai-se em noções imprecisas como “sustentabilidade”, “redução do CO2” ou “estabilidade do clima”. Não existem “nomes próprios” que, para Jacques Rancière, são necessários ao exercício genuíno da democracia. (Idem, p. 270-271)

5. Conclusões

Propõe-se que levar a sério a crise climática exige sair desse processo de despolitização. É preciso reconstruir a dicotomia Natureza-Sociedade, reconhecer a existência de várias naturezas. Deve-se também aceitar que a decisão política envolvida na crise ecológica envolve um momento de suspensão do processo democrático e a opção por um ou outro projeto, o que implica um ato de violência e exclusão. (Idem, p. 272-273)

A produção de arranjos socioambientais, contudo, depende de espaços nos quais a política realmente se desenvolva. Espaços democráticos adequados implicam a exigência de igualdade política genuína. Os futuros socioecológicos possíveis devem ser construídos sobre pressupostos democráticos de liberdade e igualdade. (Idem, p. 273-274)

6. Citações

“The question is not any longer about bringing environmental issues into the domain of politics as has been the case until now but rather about how to bring the political into the environment.” (SWYNGEDOUW, 2011, p. 254-255)

“Or in other words, the presentation of climate change as a global humanitarian cause produces a thoroughly depoliticized imaginary, one that does not revolve around choosing one trajectory rather than another, one that is not articulated with specific political programs or socio-ecological projects.” (Idem, p. 263-264)

“While the democratic political, founded on a presumption of equality, insists on difference, disagreement, radical openness, and exploring multiple possible futures, concrete environmental intervention is necessarily about closure, definitive choice, a singular intervention and, thus, certain exclusion and silencing.” (Idem, p. 273)

“[T]he politicization of the environment is predicated upon the recognition of the indeterminacy of natures, the constitutive split of the people, the unconditional democratic demand of political equality, and the real possibility for the inauguration of different possible public socio-ecological futures that express the democratic presumptions of freedom and equality.” (Idem, p. 273)